

ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS: UMA REALIDADE SUBNOTIFICADA

Maria Isabelly Castro Andrade

RESUMO

O estudo relacionado a violências de natureza sexual é de importância imensurável tanto para o âmbito jurídico quanto para o social, pois propõe a análise dos dados de crianças e adolescentes do sexo masculino afetados, com o objetivo de ressaltar que, apesar dos casos com vítimas femininas serem mais recorrentes, o número de casos referentes a abusos contra garotos menores de 16 anos também são uma problemática que necessita de atenção, mas são muitas vezes silenciados. Dentro desse contexto, este trabalho propõe apresentar a metodologia da pesquisa bibliográfica na área jurídica e social, enfatizando a elaboração e divulgação da pesquisa por meio de um trabalho estruturado e condizente com as normas estabelecidas no meio científico nacional. Por meio do estudo da carta magna brasileira observa-se que, no art.227, é assegurado à família, a função de manter a criança, adolescente e jovem, isentos de qualquer negligência, exploração e violência, e no inciso 4.º da mesma, é garantido que a lei irá punir severamente quaisquer um desses delitos. No entanto, dados vêm se mostrando opositores a essa lei, tendo em vista que, na grande maioria das ocorrências, os agressores se encontram na própria família. Uma pesquisa realizada pelo Ipea confirmou que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes sendo que 24,1% dos agressores dos menores de idade, são os próprios pais ou padrastos, citando ainda que, o Disque 100 registrou em 2014 uma média de 13 denúncias de abusos contra meninos por dia. Esse número é bastante subnotificado, graças a cultura machista enraizada que, não só impede e envergonha todas as crianças mas, principalmente aos meninos por infligir a ideia de virilidade, mas também por esse pensamento patriarcal plantar a ideia de que ser violentado por uma mulher, não é crime e sim, algo vantajoso. Por esse motivo os relatos de assédios em pessoas do sexo masculino, são mais difíceis de serem contabilizados e tornam-se, de certa forma, inexistentes para dados, ou seja, é necessária mais publicidade para que os mitos sobre a violência sexual contra homens sejam dissipados. A denúncia é extremamente relevante para que este fato ganhe visibilidade e seja oportunizado para a criação de mecanismos de prevenção e proteção, intentando a ineficácia dos já existentes, mediante aos números alarmantes. Tendo conhecimento disso, e de que o direito existe para disciplinar a vida em sociedade, sendo utilizado como um agente de controle social para impor regras e normas pautadas no respeito mútuo, ou quando a dogmática jurídica não surte o efeito de obediência esperado, ele parte para um viés punitivo, mais especificamente para uma disciplina particular, chamada direito penal onde se encontram leis de natureza corretiva que agem na punição do indivíduo que desrespeitar ou causar conflito a sociedade. Para crimes hediondos como, abuso ou exploração sexual de vulnerável, quando não ocorre a lesão corporal, a pena pode atingir 15 anos e, havendo lesão corpórea de natureza grave, a pena pode se estender para até 20 anos. De acordo com a sumula 608/STF, no crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada, ou seja, a ação é de iniciativa do ministério público, ocorre mediante a comprovação da violência e independe da ação da vítima, podendo assim, o promotor de justiça intervir. Conclui-se, portanto, como os indícios, mesmo que inexatos, são de preocupação judicial e social, pois prejudicam a maneira sistemática de como as regras são seguidas, pondo em risco a pacificação e o bem estar da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Abuso sexual. Sub-notificação.
